

Literacy and Lettering: A Needed Junction

Joelma Moraes Silva

Capim Grosso Bahia/Brasil
projelmasilva2016@hotmail.com

Abstract— Literacy and literacy, distinct and related processes, which should, in any event, develop together, this interdependence leads to a consistent training reader. Therefore, the professional education should get out of your comfort zone to understand in full what actually constitutes this junction, thus, break the paradigms of traditionalism that lingers in the teaching practice. We seek to understand why does not occur successfully literacy proficient in your normal cycle, even in the face of so many formative possibilities and availability of quality teaching materials. It's a little disconcerting, but, if you needed a thorough analysis on the role of the teacher teacher, recognize their teaching strategies and the cause of lower students' learning. If the teacher teacher really understood the merging literacy and literacy and changed your attitude in the classroom in order to meet this new perspective? That is the question which raises the said study.

Keywords— Literacy; Literacy; Teaching; Learning.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA JUNÇÃO NECESSÁRIA

RESUMO— Alfabetização e Letramento, processos distintos e correlatos, que devem, impreterivelmente, desenvolver juntos, dessa interdependência resulta uma consistente formação leitora. Portanto, o profissional da educação deve sair da zona de conforto para compreender na íntegra o que de fato constitui essa junção, para tanto, quebrar os paradigmas do tradicionalismo que ainda permeia a prática docente. Busca-se entender o porque de não ocorrer com êxito a alfabetização proficiente no seu ciclo normal, mesmo diante de tantas possibilidades formativas e disponibilidade de material didático de qualidade. É um tanto desconcertante, mas, se faz necessária uma análise minuciosa sobre a atuação do professor alfabetizador, reconhecer suas estratégias de ensino e a causa da baixa aprendizagem dos alunos. Será se o professor alfabetizador realmente entendeu a junção alfabetização e letramento e mudou sua postura em sala de aula para atender essa nova perspectiva? Eis a questão que suscita o referido estudo.

Palavras-chave— Alfabetização; Letramento; Ensino; Aprendizagem.

I. INTRODUÇÃO

A alfabetização é um processo que começa muito antes da entrada da criança na escola, onde é submetida a mecanismos formais de aprendizagem de leitura e escrita sendo assim, o processo de ensino escolar é uma continuação da aprendizagem formal, significando que esses dois processos não são apresentados as crianças de seis anos apenas nos anos iniciais, mas, bem antes com sua convivência social. Entende-se por alfabetização o processo pelo qual se adquire o domínio de um sistema linguístico e de habilidades de utiliza-lo para ler e escrever, ou seja, o domínio das ferramentas e o conjunto de técnicas necessárias para exercer a arte e a ciência, a leitura e escrita.

Hoje, tão importante quanto conhecer o funcionamento do sistema de escrita é poder engajar em práticas sociais letradas. Assim, enquanto a alfabetização se ocupa da

aquisição da escrita, o letramento desenvolve a função social do ler e do escrever. As atividades de alfabetização e letramento, portanto, diferenciam-se, porém, se desenvolvem integralmente.

Partindo dessa premissa, o presente artigo, traz para discussão a junção Alfabetização e Letramento, considerando os desafios e possibilidades, no processo de ensino e aprendizagem, visto que se trata de algo que já permeia o contexto da educação há muito tempo, mas, só a pouco conquistou espaço nas pautas de discussão de profissionais que direto ou indiretamente estão relacionados, por, finalmente, compreender que alfabetizar é a base para toda a vida escolar do indivíduo.

Se percebe em larga escala que a alfabetização ainda é compreendida como técnica de memorização de códigos, enquanto que o letramento ainda está subentendido, uma

vez que o professor não consegue trabalhar essa junção de maneira proficiente.

Tomou-se como luz teórica as teorias de Emilia Ferreiro, uma estudiosa que revolucionou a alfabetização, Magda Soares, a maior referência brasileira sobre alfabetização e Ana Teberosky, uma estudiosa argentina que defende o processo de aprendizado na escola observando que além disso, é preciso que haja uma cultura letrada na sociedade. Buscou-se estabelecer um paralelo entre teoria e prática, através de uma pesquisa de campo, numa das escolas da rede municipal de ensino no município de Capim Grosso-Ba, mais precisamente, no ciclo de alfabetização (1º e 2º anos), com perspectiva de buscar nos professores, respostas que justifiquem o déficit de aprendizagem dos alunos nesse momento da vida escolar.

O artigo discorre brevemente o percurso da alfabetização e letramento numa perspectiva da evolução teórica, coloca sobre a necessidade de compreensão de tal junção e chega a conclusão de que os professores, por sua vez, ainda não compreenderam na íntegra, como trabalhar em sala de aula, ou seja, a apropriação de ambos está ocorrendo de forma gradativa, a partir da quebra de paradigmas do método tradicional.

II. BREVE HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Entende-se que a alfabetização é um processo de representação de fonema em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão e expressão de significados por meios do código escrito. Esse processo de ensino e aprendizagem inicial de leitura e escrita nasceram na França pouco mais de dois séculos, precisamente no ano de 1789, após a revolução francesa.

Aqui no Brasil os primeiros esforços de alfabetização se deu a partir do momento em que o governo de Portugal abriu mão de criar escolas no País no século XVII, sendo assim, ele deu o monopólio aos jesuítas que chegaram junto com a primeira colonização no ano de 1549, como eles eram considerados os melhores construtores de colégios da Europa, vinham para o Brasil com a finalidade de alfabetizar os índios e formar sacerdotes para continuar com a catequização dos indígenas, com isso, começaram a construir escolas no País, a primeira escola foi criada em Salvador, depois no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O objetivo dessas escolas além de catequizar os índios, também ensinava a alfabetização através de música, jogos e brincadeiras etc. A partir do ano de 1759 com a expulsão dos jesuítas do Brasil, Marques de Pombal passou a organizar a escola para servir aos interesses da coroa portuguesa. Com a chegada da família Real portuguesa

foram abertas academias militares, escolas de direito e medicina, a biblioteca real e o jardim botânico.

Em 1889, a família real deixa o Brasil e Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República e dois anos depois em 1891, foi criada a primeira constituição do período Republicano que dá prioridade ao ensino leigo nas escolas públicas em oposição ao ensino religioso empregado pelos jesuítas que predominou durante todo o período colonial. Sendo assim, o País entra no século XX realizando diversas reformas educacionais, onde cada Estado elaborava a sua de acordo com as necessidades e as realidades locais. Essas reformas tentam reconduzir a educação para novos métodos de ensino. Em 1930 no Governo de Getúlio Vargas, criou-se o Ministério da Educação e Cultura, que era responsável para dirigir todo o sistema de ensino primário, secundário superior e profissional, depois de quatro anos, o mesmo Getúlio Vargas reeleito a presidência promulga a terceira Constituição Brasileira de 1934 que dispõe pela primeira vez que a educação é direito de todos devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

Em 1937, ocorreu nova ruptura política e educacional no Brasil, e passa a valer a constituição vigorada por Francisco Campos que extinguiu os partidos políticos e deu ao presidente o controle legislativo e judiciário onde a nova forma de governar é chamada de Estado Novo. Com esse retrocesso cria-se a nova constituição que diz que a educação é direito de todos, nesse mesmo período, nasce a UNE (União Nacional dos Estudantes) além disso, nesse Estado Novo algumas reformas do ensino secundário e industrial são regulamentadas por meios de leis.

Mas a educação brasileira só passaria por transformações significativas a partir do ano de 1945 com o fim do Estado Novo onde é constituída uma nova República quando Getúlio Vargas deposto pelo regime militar. Com o fim do Estado Novo, em 1946, é eleito como presidente do País Gaspar Dutra, onde foi elaborada mais uma constituição liberal e democrática que determinava a obrigatoriedade do primário do ginásio que faz voltar ao princípio que a educação é direito de todos. Em 1948, dá-se início a campanha da aprovação pela LDA (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional).

Em 1951, Vargas volta ao poder através da eleição direta, nesse novo mandato, ele inicia a discussão sobre a Escola Classe e Escola Parque, nesse período as teorias de Jean Piaget ganham espaço na didática das escolas brasileiras. No governo de Vargas a escola passa a ter um domínio próprio onde passa a ser administrada pelo Ministério da Educação e Cultura.

No ano de 1954, Getúlio Vargas suicida pressionado por adversários políticos, em 1956, o Brasil passa, então, a ser

governado por JK (Juscelino Kubitschek), que no seu plano de governo ele não se preocupava muito com a educação onde contemplou o setor com apenas 3,4% de investimento e tinha como foco a formação de pessoal técnico. Com essa falta de incentivo, na educação houve manifestações o que denominou o Manifesto dos Pioneiros, mais em 1959 mais de 189 professores publicaram um pedido exigindo que a educação pública obrigatória laica fosse dever de Estado.

Em 1961, foi aprovada a regulamentação de Lei 4024-LDB Lei de Diretrizes e Base, essa regulamentação foi desconsiderada pela Classe social Popular escolas Novistas. Os debates para a aprovação da lei giraram em torno de iniciativas como o Movimento da Cultura Popular de Pernambuco que passou a desenvolver o trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos iniciativa essa que, que tinha a frente o educador Paulo Freire que criou o método de ensino. Foi inspirado nesse método que elaborou-se o Plano Nacional da Educação, e o Programa Nacional de Alfabetização.

Analisando o período histórico da alfabetização percebe-se que o país vem enfrentando muitas dificuldades na educação onde é perceptível que no Brasil encontram-se no registro altos índices de analfabetismo por isso julga ser necessário trabalhar com o processo de letramento em parceria com o processo de alfabetização, que é uma palavra recém-chegada ao vocabulário da educação e das Ciências Linguísticas, na segunda metade dos anos 80, acerca de apenas dez anos, portanto que surge discursos dos especialistas dessas áreas.

Portanto, o termo letramento surgiu porque apareceu um fato novo para o qual precisávamos de um nome, um fenômeno que não existia antes, ou, se existia, era apenas no anonimato, as pessoas se alfabetizam, aprende a ler e escrever, mas, não necessariamente incorporam a prática da leitura e escrita, não necessariamente adquirem competências para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita, por isso surgiu o processo de letramento que pode ser definido também como estado ou condições de quem não apenas sabe ler e escrever, mas, cultivar e exercer as práticas sociais.

Apesar de a educação ter sofrido várias reformas no decorrer dos tempos, percebe-se que a redução do analfabetismo no País tem tido grande avanço, porém, ainda nos dias atuais é perceptível que existe um grande número de analfabetos e que a escola enfrenta grandes dificuldades no processo de alfabetização e letramento onde os alunos não conseguem desenvolver a aprendizagem.

III. A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA TEÓRICA

Muito se fala em oferecer um espaço agradável para trabalhar Alfabetização e Letramento no 1º ano nos anos finais. Essa junção, deve tomar forma desde a Educação Infantil, de acordo com Magda Soares (2009), os pequenos antes mesmo do ensino fundamental devem ter acesso tanto as atividades de introdução ao sistema alfabético e suas convenções, a alfabetização, como também práticas sociais de uso da leitura e da escrita, o letramento.

Para Vigotsky, a aprendizagem é o resultado da interação do aprendiz com o ambiente através da sua experiência compartilhada em um momento histórico e com determinantes culturais particulares. Essa aprendizagem como resultado dessa interação e de experiências, não se transmite de forma mecânica, mas, mediante operações mentais que se realizam na interação do sujeito com o mundo material e social.

Para Vigotsky, o conhecimento é um processo de interação entre sujeito e o meio social e cultural. As investigações de Ferreiro demonstram que, a questão crucial da alfabetização é de natureza conceitual e não perceptual. Ela mudou radicalmente as concepções sobre a origem dos estudos da aquisição da leitura e da escrita. Ferreiro introduziu uma nova didática da língua, onde a alfabetização é uma construção do conhecimento não um lugar de acúmulo de informações sem significado para a criança.

Magda Soares vê a alfabetização e o letramento na Educação Infantil como sendo importantes e inerentes, pois as crianças devem ser alfabetizadas em consonância com as interações com o mundo letrado. Dessa forma, Soares diz que a melhor prática a ser empregada no processo ensino-aprendizagem e no uso consciente da escrita e da leitura, é quando direcionamos nossa ação para o alfabetizar letrando.

Alfabetizar letrando é, portanto, oportunizar situações de aprendizagem da língua escrita nas quais o aprendiz tenha acesso aos textos e a situações sociais de uso deles, e que seja levado a construir a compreensão acerca do funcionamento do sistema de escrita alfabético (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2007, p.99).

Convém explicar que o alfabetizar letrando não deve ser visto como um novo método de ensino, a resignificação do sentido de aprender ler e escrever, fazendo com que esta não seja vista apenas como um processo de codificação e decodificação mecânica, mas, como um meio de levar a criança a conviver e descobrir, interagir e aprender,

apropriar e usar as práticas reais de leitura e escrita, tornando-as significativas em seus processos de aprendizagem.

Na atualidade, é inegável o valor da relação alfabetização e letramento, como condições básicas necessárias à inserção e participação das crianças nas diversas práticas sociais. Vivemos um momento histórico no qual a linguagem escrita está acessível em todos os lugares, estando as crianças imersas numa cultura letrada desde que nascem, principalmente nos centros urbanos. São livros, anúncios, cartazes, folhetos, rótulos, embalagens, jornais, revistas, capas de CD. Enfim, muito material escrito circulando, além da televisão que tem se tornado presente mesmo em locais de difícil acesso. Kato (1995, p. 10) afirma que,

Duas crianças podem estar na mesma fase cognitiva, mas uma pode enfrentar mais dificuldade que a outra se não tiver tido a estimulação ambiental de que falamos ou se entre o seu dialeto e a forma ortográfica e o dialeto prestigiado pela escola houver uma maior distância.

Nesse sentido, ressaltamos o importante papel que tem a escola em proporcionar práticas de leitura e de escrita que levem em conta a situação sociocultural nas quais as crianças estão imersas. Procurar conhecer o contexto de vida das crianças para, a partir daí, planejar as intervenções necessárias considerando as dificuldades que a criança poderá enfrentar pela falta de sintonia entre o seu dialeto e o dialeto escolar (KATO, 1995), pode contribuir de forma relevante para o sucesso da criança em seu processo de aquisição da leitura e da escrita. Mais uma vez, destaca-se a importância de se proporcionar às crianças a vivência da leitura e da escrita como práticas sociais.

Na sociedade contemporânea, a escrita está presente em todos os lugares, e quando a criança presencia, costumeiramente, atos de leitura dos adultos, tende a imitá-los e, “[...] ao imitar aprende e compreende muitas coisas, porque a imitação espontânea não é cópia passiva, mas sim tentativa de compreender o modelo imitado” Ferreiro e Teberosky (1999). Como cópia significativa, a criança demonstra muito prazer em copiar seu próprio nome do crachá, o texto coletivo do quadro que teve o professor como escriba, a receita do bolo feito na cozinha da escola por toda a turma, dentre inúmeras possibilidades de atividades que permitem à criança, a partir do que lhe é dado no exterior, ter a motivação necessária para assimilar e acomodar as informações, relacionando as já existentes, construindo assim, novas aprendizagens. Em conformidade com Soares,

O letramento estaria relacionado ao conjunto de práticas sociais orais e escritas de uma sociedade” (2006, p. 452). Fatos que fazem com que o termo letramento seja relacionado à assimilação de conhecimentos que estão estabelecidos dentro da “cultura letrada”, onde “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente (SOARES, 2010, p. 20).

Em oposição a Soares, alguns autores dizem que ao relacionar a alfabetização apenas ao ler e escrever, dando ênfase somente ao processo de codificação e decodificação, desconsidera-se de que a alfabetização tem que ser vista de modo contínuo e evolutivo, isto é, a aprendizagem e o uso social do ler e escrever vão se desenvolvendo com o tempo, por isso torna-se desnecessário o uso do termo letramento. De acordo com Ferreiro (1989) não temos necessidade de usar outro termo para se referir a algo que já deveria estar inserido no processo de alfabetização.

Todavia, alfabetizar não é uma tarefa fácil, exige-se uma série de habilidades e competências do professor, que a formação inicial não consegue contemplar, exige, portanto, a formação continuada a fim de estar sempre aprimorando conhecimentos e inovando o fazer docente. É necessário que o professor compreenda o processo linguístico e psicolinguístico de aprendizagem da língua escrita, além das relações entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico. Somente com estes conhecimentos, o professor alfabetizador será capaz de dirigir e orientar a criança na construção de hipóteses e reelaboração do conhecimento. Soares coloca que,

[...] a formação do alfabetizador – que ainda não se tem feito sistematicamente no Brasil – tem uma grande especificidade, exige uma preparação do professor que o leve a compreender todas as facetas (psicológica, psicolinguística, sociolinguística (linguística) e todos os condicionantes (sociais, culturais, políticos) do processo de alfabetização, que o leve a saber operacionalizar essas diversas facetas (sem desprezar seus condicionantes) em métodos e procedimentos de preparação para a alfabetização e em métodos e procedimento de alfabetização, em elaboração e uso adequados de materiais didáticos, e, sobretudo, que o leve a assumir uma postura política diante das implicações ideológicas do significado e do papel atribuído à alfabetização (SOARES, 2007, p. 24-25).

Conforme Soares, um professor pode se tornar mediador da aprendizagem quando conhece as concepções que a criança desenvolve a respeito da língua escrita e quando propõe atividades que levem a criança a “desestruturar” o pensamento.

Quando alguém se alfabetiza, percorre uma longa trajetória à qual é dado o nome de “psicogênese da alfabetização”. A psicogênese se caracteriza, neste caso, por uma sequência de níveis de concepção dos sujeitos que aprendem. Esses níveis são ligados a uma hierarquia de procedimentos, de noções e de representações, determinadas pelas propriedades das relações e das operações em jogo.

Em cada nível da aprendizagem, a criança elabora suposições a respeito dos processos de construção da leitura e da escrita, baseando-se na compreensão que possui desses processos. Assim, a mudança de um nível a outro só irá ocorrer quando ela se deparar com questões que o nível em que se encontra não puder explicar: ela irá elaborar novas suposições e novas questões e assim por diante, por isso, o processo de assimilação dos conceitos é gradativo, o que não exclui “ida e vinda” entre os níveis. Emília Ferreiro descreve os seguintes níveis: Pré-silábico, Intermediário, Silábico, Silábico-alfabético ou Intermediário e nível Alfabético.

As atividades de alfabetização e letramento, portanto, diferenciam-se, mas devem se desenvolver de forma integrada. Isto é, o desenvolvimento desses processos se dá por meio de atividades específicas referentes a cada um deles, mas que estejam intimamente vinculados de modo que uma complementa o outro.

Por isso, favorece o desenvolvimento das habilidades relativas a esse processo, considerando-se não apenas a experiência e o contato com material de leitura e escrita, mas também a mediação entre esses e as crianças. A proposta de alfabetização e letramento deve naturalmente adequar-se às exigências da realidade vigente.

Para Kleiman (1995), o letramento pode ser definido, hoje, como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos e para objetivos específicos”.

A alfabetização pode ser entendida, então, como a aprendizagem da leitura e da escrita. Refere-se ao processo de apropriação e compreensão do sistema de escrita que leva o aluno a ler e a escrever com autonomia. O letramento, por sua vez, refere-se à aprendizagem dos usos sociais das atividades de leitura e escrita, quando assim for exigido em determinadas situações, de modo a atender às necessidades demandadas por elas. Desse modo Luizato (2003, p. 72.) afirma,

O letramento representa os diversos meios da prática social em que a escrita se faz presente,

e, se pensarmos sobre essa perspectiva, de que as crianças vivem em uma sociedade letrada, percebemos que é quase impossível imaginar que durante muito tempo aprenderam decorando e formando palavras desconexas do contexto em que vivem.

Partindo dessa premissa, a criança não precisa necessariamente saber ler e escrever para ser considerada letrada, é necessário um trabalho significativo que envolva linguagem oral e escrita do mundo letrado. A criança deve ser alfabetizada e letrada como alguém que constrói conceitos e interpretações, capaz de desenvolver seu próprio pensamento a partir de outros já construídos, ou mesmo, inéditos, desde que faça sentido.

Na visão de diversos autores, o conceito de letramento é mais abrangente que o da alfabetização. O letramento está ligado ao enfoque da língua escrita como meio de expressão e compreensão da realidade pelo sujeito, e isso inclui a alfabetização. Portanto, é fundamental que, nesse processo, as crianças saibam as funções sociais e as finalidades da leitura e da escrita, entender o sentido em escrever e ler.

IV. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Segundo Soares(2003), alfabetização é o processo de aprendizagem do sistema de representação dos sons da fala, ou seja, transformar os fonemas em letras ou grafemas, mas só aprender codificar e decodificar letras e números não é o bastante. Além disso, faz-se necessário que a criança desenvolva o domínio da língua escrita que é existente na sociedade para a comunicação, interação, registros de memórias ou seja ,para funções sociais. Sendo assim, pode-se dizer que a alfabetização é a aquisição de uma tecnologia.

Ainda segundo a autora, o letramento pode ser definido como o desenvolvimento de habilidades de uso da tecnologia da escrita no contexto social onde as pessoas vivem. Em complemento pode-se dizer que o letramento vai além da alfabetização , o ler, compreender o que se ler, produzir e ajustar textos, entender como e para que se escreve, ou seja, saber quais os objetivos da escrita e ser capaz de diferenciar diversos gêneros textuais.

A alfabetização conforme Ferreiro e Teberosky (1985), ocorre pela apropriação do Sistema de Escrita e Alfabetização (SEA) por meio da atividade do aprendiz. Porém, não basta que o sujeito domine esta tecnologia. A alfabetização na perspectiva do letramento inclui uma segunda dimensão, a da inserção do aprendiz nas práticas de leitura e escrita. Tal dimensão é que pode garantir que as crianças, os jovens e os adultos consigam fazer uso real

da leitura e da escrita no seu cotidiano, nas diferentes situações políticas e sociais.

No decorrer do processo de alfabetização é imprescindível que as crianças entrem em contato, manipulem, utilizem e criem diferentes textos, que circulem na sua comunidade de maneira não simulada e que tenham sentido para elas. É importante que compreendam os objetivos dos diferentes gêneros textuais e suas características particulares. Ao realizar atividades que envolvam a reflexão sobre estes aspectos, possibilita-se que as crianças elevem seu nível de letramento e possa fazer o uso da língua escrita em diferentes contextos sociais.

No entanto, o mero contato com os diferentes gêneros textuais não fará com que a criança se alfabetize espontaneamente. Segundo Soares (1998), alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas, inseparáveis, ao contrário: o ideal seria ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

Ainda segundo Soares (2012), alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, ressaltando que alfabetizada é a pessoa que vive na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, e letrada é quem consegue tanto ler como escrever com compreensão uma frase simples e curta sobre sua vida cotidiana.

Sendo assim, para que, de fato, as crianças estejam alfabetizadas na idade certa, aos oito anos, é necessário promover o Ensino de Sistema de Escrita desde o primeiro ano e garantir que os conhecimentos relativos as correspondências grafofônicas sejam consolidadas nos dois anos seguintes. Por outro lado, a criança, não basta dominar o Sistema de Escrita Alfabética, mas, também,

desenvolver habilidades de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas.



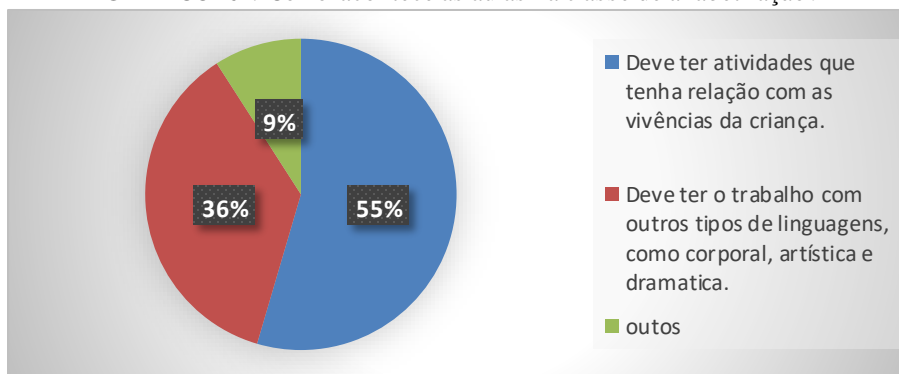
Figura 1 – problematizando a Alfabetização

A figura reflete o processo de problematização, aspecto necessário para propiciar o desenvolvimento intelectual oriundo da relação intrínseca entre alfabetização e letramento. A criança não apenas reconhece os símbolos, mas, pensa sobre eles. Aguçar o poder de criação da criança é um dos meios fundamentais para avançar o processo de ensino e aquisição de aprendizagem.

V. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O artigo origina-se da inquietação sobre o desenvolvimento da Alfabetização e Letramento na prática de sala de aula. A pesquisa de campo contempla 6 sujeitos, sendo 4 professores, 1 coordenadora pedagógica e 1 gestora escolar. Foi aplicado um questionário semiaberto, e obteve-se o seguinte resultado.

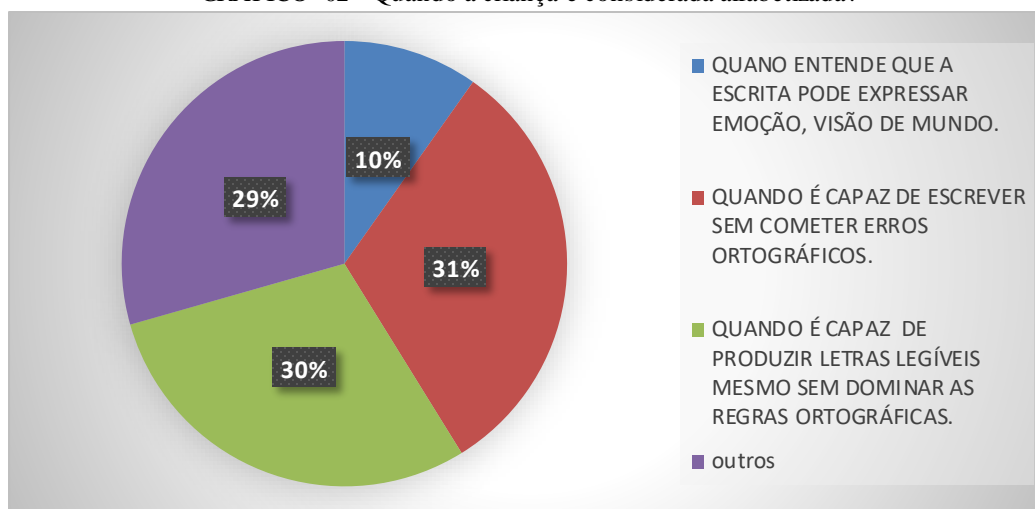
GRÁFICO 01: Como acontece as aulas na classe de alfabetização?



Fonte: Moraes Silva, 2019

Comforme gráfico 01 as professoras manifestam diferentes opiniões a respeito da questão apresentada na figura. A maioria das entrevistadas buscam estratégias diversificadas para desenvolver a aprendizagem, outras sinalizam diferentes aspectos primordiais para o desenvolvimento integral da criança. Porém, em nada considera o fazer pedagógico da alfabetização e letramento. Por nenhum momento, as entrevistadas recorreram a psicogênese da língua escrita como referencia para o assunto em pauta.

GRÁFICO 02 - Quando a criança é considerada alfabetizada?

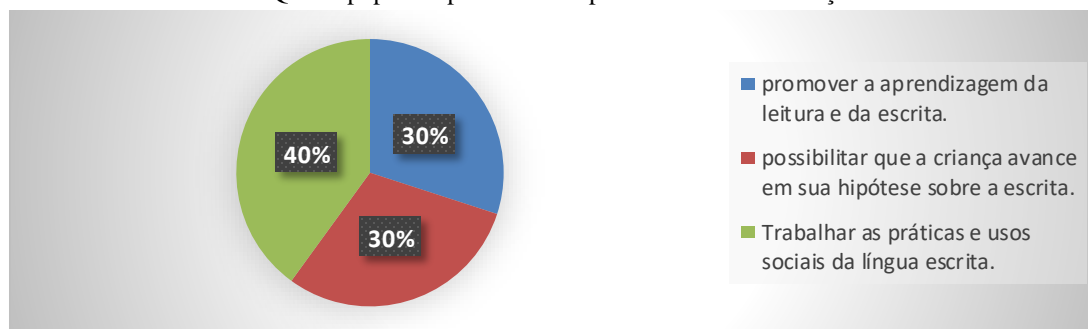


Fonte: Moraes Silva, 2019

O gráfico 02 evidencia certa divergência de opiniões. Apesar disso, se confirma que muitos alfabetizadores definem o processo de alfabetização como sinônimo de ler e escrever decodificadamente. Em contrapartida, estudos realizados sinaliza que ‘alfabetizada’ segundo Soares (2003), pessoa capaz de ler e escrever com compreensão um enunciado curto e simples sobre sua vida cotidiana. A (Unesco,1978,p. 1) reafirma dizendo que é funcionalmente alfabetizada a pessoa capaz de envolver-se

em todas as atividades em que o alfabetismo é necessário para um funcionamento efetivo de seu grupo e de sua comunidade, e também para dar-lhe condições de uso da leitura e da escrita e do cálculo para seu desenvolvimento pessoal e social. Partindo desse pressuposto pode-se dizer que parte das respostas dos entrevistados desta questão se aproxima do que se defende sobre alfabetização, todavia, ainda há uma disparidade considerável entre o que se estabelece com o que de fato acontece no cotidiano escolar.

GRÁFICO 03- Qual o papel do professor no processo de alfabetização e letramento?

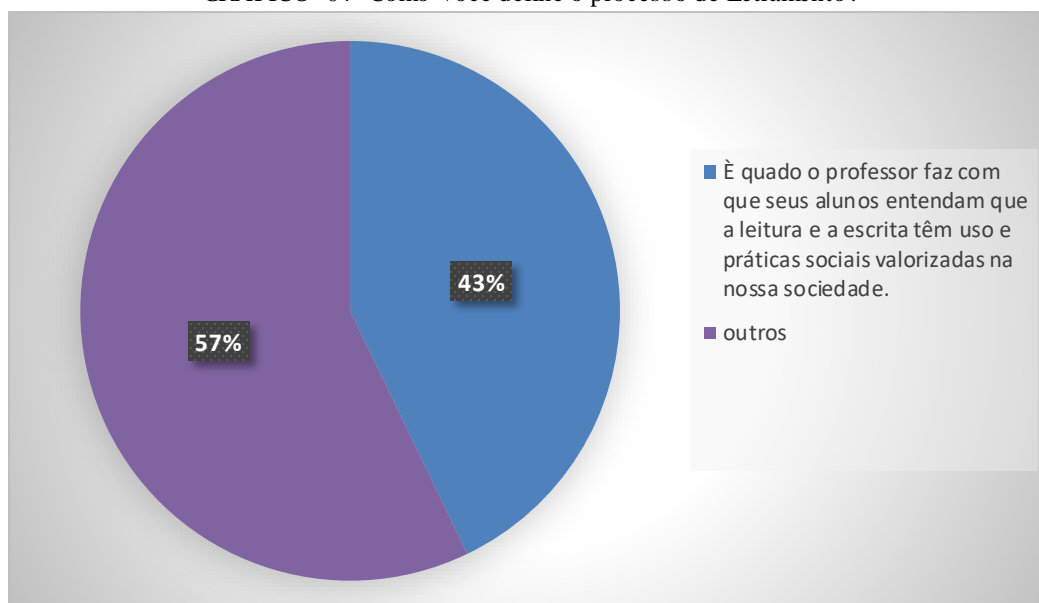


Fonte: Moraes Silva, 2019

Apesar das diferentes opiniões, estão parcialmente dentro do contexto sobre a questão apresentada, pois entende-se que o alfabetizador dentro da perspectiva de alfabetização e letramento também deve realizar intervenções pontuais que atendam às demandas individuais dos educandos, entre outros exemplos, circulando entre os alunos durante as

atividades, formulando perguntas, dando pistas e procurando entender o pensamento das crianças para a partir de então, proporcionar momentos de trocas e elaboração de ideias, interações, organização de atividades dentre outras possibilidades.

GRÁFICO 04- Como voce define o processo de Letramento?

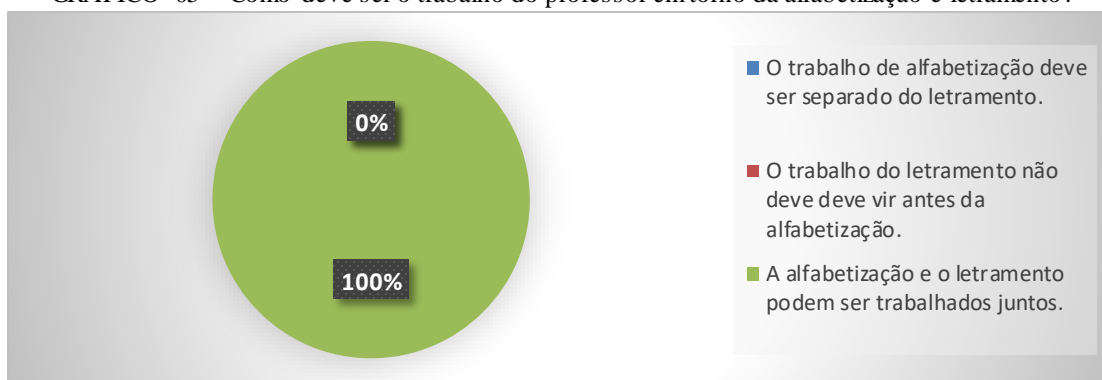


Fonte: Moraes Silva, 2019

O questionamento acima causou silêncio das entrevistadas, acredita-se que não por falta de conhecimento, mas, por notória insegurança. Conforme mencionado, Alfabetização e Letramento ainda é uma icógnita para boa parte dos professores alfabetizadores. Contudo, mesmo com a

timidez com qual responderam a pergunta, se aproximam do que coloca Soares (1998) “é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultivar e exercer as práticas sociais que usam a escrita”.

GRÁFICO 05 – Como deve ser o trabalho do professor em torno da alfabetização e letramento?



Fonte: Moraes Silva, 2019

Conforme mostra o gráfico 05, todas as entrevistadas responderam que o processo de alfabetização e letramento é uma junção inseparável na prática pedagógica em si. Partindo do estudo realizado, pode-se confirmar as respostas das professoras, pois os processos de alfabetização e letramento são distintos, mas indissociáveis.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Alfabetização e Letramento é um tema que tem repercurtido significadamente nas pautas de discussões educacionais, contudo, limitado a margem das teorias, já

que, notoriamente, os professores alfabetizadores não conseguem conceber tal junção na prática, logo, não acontece a aprendizagem significativa.

As reflexões acerca da alfabetização e do letramento revela a necessidade da vinculação dos dois termos no fazer propriamente dito, de modo que o trabalho pedagógico desenvolvido na escola contemple uma proposta de “alfabetizar letrando”, onde o ensino e a aprendizagem do código estejam associados pelo viés social.

Hoje, tão importante quanto conhecer o funcionamento do sistema de escrita é poder se engajar em práticas sociais

letradas. Assim, enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita, o letramento se volta a função social do ler e do escrever.

Partindo de teorias estudadas a pesquisa de campo evidencia a falta de conhecimento dos professores acerca da Alfabetização e Letramento, considerando que apenas reconhecer o conceito e/ou definição dos termos, não significa estar preparado para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem significativos.

Tal constatação suscita a reflexão sobre a necessidade de um estudo aprofundado por parte do professor, a fim de aperfeiçoar o fazer em sala de aula. O professor alfabetizador, precisa acima de tudo ter amor pela sua profissão, paciência, domínio e principalmente responsabilidade e respeito com o seu trabalho e com o aluno, pois a criança só aprende quando o educador, de fato, tem conhecimento de causa, tanto intelectual quanto social.

A referida pesquisa discutiu sobre a importância da alfabetização e do letramento nos anos iniciais (1º e 2º anos) em duas escolas municipais na cidade de Capim Grosso-Ba. Buscou-se compreender como essa junção é trabalhada na prática dos professores alfabetizadores, verificando através de um questionário semi aberto se eles conseguem de fato diferenciar alfabetização do letramento. Pois para que os alunos desenvolvam a aprendizagem e aprimorem a leitura e a escrita fazendo uso das práticas sociais, é necessário que esses dois processos estejam presente constantemente nos trabalhos diários tanto na escola como no âmbito familiar e social.

Como afirma Soares(2003) alfabetização e letramento são distintos, porém deve ser empregados juntos em parceria. Com isso, o alfabetizar letrando favorece ao aluno diversas formas de viver em um mundo letrado, sabendo ler e compreender o que leu, conhecer variados gêneros textuais entender o objetivo da leitura e da escrita, além de transmitir o que aprende pois é uma parte fundamental, hoje na formação de um indivíduo.

De acordo com essa pesquisa realizada constatou-se que a maioria dos docentes entrevistado apresentaram algumas dificuldades em suas respostas referente ao tema. Onde pode-se concluir dizendo que o objetivo do estudo foi alcançado porém, a problemática da pesquisa não foi respondida com eficácia.

REFERENCIAS

- [1] ABRAMOVA Y, Miriam; KRAMER, Sônia. **Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade?** Caderno de Pesquisa, São Paulo, 1985. Acesso em: 05/01/2019
- [2] FERREIRO, Emília. **Uma reflexão sobre a língua oral e a língua escrita.** São Paulo: p.8- 11, Fev/Abr.2004.
- [3] FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- [4] KLEIMAN, Ângela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** São Paulo: Mercado de Letras, 1995. Acesso em 06/01/2019.
- [5] KATO, Mary. **O aprendizado da leitura.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- [6] LUIZATO, Carla. Contexto de letramento: **é possível trabalhar com produção de texto na Educação Infantil.** Leopoldianum, Revista de estudo e comunicação v. 28, n. 78, p. 71-73, jun.2003. Acesso em 04/01/2019.
- [7] TEBEROSKY, Ana. **Com Todas as Letras.** São Paulo: Cortez, 2003 3.